



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CARTA CIRCULAR Nº 3.841, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Divulga o modelo de relatório do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) de que trata a Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017.

O Chefe do Departamento de Supervisão Bancária (Desup), no uso da atribuição que confere o art. 23, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E :

Art. 1º As informações que devem constar no relatório do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap), de que trata o art. 5º da Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017, estão detalhadas no Anexo a esta Carta Circular.

Parágrafo único. O referido relatório deve ser elaborado e disponibilizado nas datas previstas no art. 5º da Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Carta Circular nº 3.774, de 14 de julho de 2016.

Paulo Sergio Neves de Souza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15/9/2017, Seção 1, p. 10-13, e no Sisbacen.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO

1. O Icaap* compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. O plano de capital deve ser compatível com o planejamento estratégico da instituição.

*Neste texto, o termo Icaap se refere ao processo quando não estiver explicitado que se trata do relatório.

2. O modelo de relatório contendo o resultado da autoavaliação define as informações a serem apresentadas. As tabelas previstas nos itens “C” e “D” do modelo de relatório devem ser preenchidas no formato apresentado. Para as demais informações, o formato é livre, desde que toda a informação aqui requerida seja apresentada. É fundamental que sejam feitas as devidas referências aos documentos internos da instituição que abordam cada tema.

MODELO DE RELATÓRIO DE ICAAP

A. SUMÁRIO

1 – Dados gerais da instituição

- a) Nome da instituição (o termo *instituição* denomina ou a instituição financeira isolada ou o conglomerado prudencial que esteja apresentando o relatório de Icaap);
- b) Nome do diretor responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de gerenciamento de capital;
- c) Departamento (ou área) responsável pela elaboração do documento e dados de contato;
- d) Nível de abrangência do Icaap: individual ou conglomerado prudencial, apresentando, se for o caso, a relação de todas as entidades (empresas e fundos de investimento) que integram o conglomerado abrangido no Icaap.

2 – Perfil de risco da instituição

Breve descrição do apetite a riscos*¹ da instituição e de suas métricas e limites, analisando a sua relação com as estratégias estabelecidas pela alta administração.

*¹Apetite a riscos: refere-se ao nível de risco que a instituição se propõe a assumir.

3 – Riscos relevantes

Para cada um deles:

- a) Comentar brevemente sobre a exposição a cada um dos riscos relevantes, quantificando-os, ou avaliando o seu nível quando não for possível quantificá-los. Esclarecer se os níveis de risco são aceitáveis ou não, considerando o apetite a risco da instituição. Se não forem, explicar as medidas que estão sendo implementadas para reduzi-los.
- b) Breve comentário sobre a avaliação da adequação da governança interna e do gerenciamento, controle e monitoramento de riscos, apontando eventuais deficiências com as respectivas



BANCO CENTRAL DO BRASIL

correções e/ou planos propostos para resolvê-las.

4 – Estratégia

- a) Breve descrição da estratégia corporativa.

5 – Capital

- a) Breve análise sobre os resultados quantitativos da necessidade de capital mensurada pela instituição, discriminados por categorias de risco e considerados os efeitos de diversificação (caso existam)*². Deve-se apresentar uma breve comparação dos resultados atuais frente às necessidades de capital mensuradas no Relatório de Icaap anterior.
- b) Breve análise comparativa entre os resultados quantitativos da necessidade de capital com o capital efetivamente mantido pela instituição, considerados o Capital Principal, Nível I (Principal + Complementar) e Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II).

*² Caso a instituição calcule e incorpore algum efeito de diversificação, deve haver conservadorismo na mensuração.

6 – Planejamento de capital

- a) Breve análise sobre o plano de capital, considerando a política de distribuição de dividendos e de capitalização, para um horizonte de três anos, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição.
- b) Breve comentário sobre o plano de contingências voltado para o capital.

7 – Conclusões e planos de ação

Resumo das principais conclusões obtidas sobre a autoavaliação da adequação do capital, contemplando os planos de ação necessários para o saneamento de eventuais inadequações.

8 – Considerações gerais

- a) Resumo das principais dificuldades enfrentadas no Icaap, desafios e outras considerações relevantes.
- b) Descrição das principais alterações no processo de gestão de riscos e capital nos últimos 12 meses.

B. GOVERNANCA DO ICAAP

1. Detalhamento da estrutura organizacional (organograma funcional) envolvida no Icaap.
2. Descrição das atribuições e evidenciação de comprometimento do Conselho de Administração (quando houver) e da Alta Administração (representada pelos principais dirigentes da instituição ou principais tomadores de decisão: presidente, vice-presidentes e diretores executivos) em relação à avaliação da adequação de capital frente aos riscos a



BANCO CENTRAL DO BRASIL

que a instituição está exposta.

3. Identificação dos mecanismos gerais utilizados pela instituição para assegurar a aderência de seus processos aos princípios de governança interna envolvidos na condução do Icaap.
4. Descrição do fluxo interno das informações relativas ao Icaap, incluindo os tipos de relatórios gerenciais reportados à Alta Administração e ao Conselho de Administração (quando houver).
5. Autoavaliação geral da adequação da governança interna da instituição envolvida no Icaap.
Caso tenham sido identificadas deficiências, realizar os apontamentos, indicando correções e/ou planos propostos para saná-las.

C. GESTÃO E MENSURAÇÃO DE RISCOS

1 – Governança de Risco

- a) Descrição do apetite a riscos da instituição, alinhado aos seus objetivos estratégicos. Apresentação da sua relação com o plano de capital e com os exercícios de teste de estresse previstos na Seção II do Capítulo III da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Descrição das métricas utilizadas para o monitoramento do apetite a riscos.
- b) Descrição do processo de definição da política de riscos na instituição.
- c) Descrição da estrutura corporativa de gestão de riscos e de suas principais atividades, funções e responsabilidades, com foco nos processos e sistemas utilizados na identificação e avaliação agregada dos riscos incorridos pela instituição.
- d) Descrição da forma de disseminação das políticas de risco da instituição.
- e) Descrição sucinta do processo de coleta e de consolidação das informações sobre riscos, inclusive sobre o processo de avaliação, validação e aprovação dos relatórios antes de sua apresentação à Alta Administração.
- f) Descrição da estrutura e dos procedimentos para identificação e monitoramento dos riscos idiossincráticos e os oriundos das empresas participadas não integrantes do Conglomerado Prudencial.

2 – Riscos x Capital - Preencher a Tabela 1 a seguir (valores em R\$ mil)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Cenário de Normalidade

Fonte:

Ano Base

Ano + 1

Ano + 2

Ano + 3

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA				
Patrimônio de Referência Estimado (a) + (b) + (c)	DLO			
Capital Principal antes dos Ajustes	DLO			
Ajustes Prudenciais	DLO			
Capital Principal após Ajustes Prudenciais (a)	DLO			
Capital Complementar (b)	DLO			
Nível I (a) + (b)	DLO			
Nível II (c)	DLO			
Adicionais de Capital Principal (ACPs)	DLO			
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE CAPITAL				
REGULATÓRIO				
PR Mínimo para o RWA (RWA*F)	Calculado			
Crédito (RWACPAD*F / RWACIRB*F)	DLO			
Mercado (RWAMPAD*F / RWAMINT*F)	DLO			
RWA _{JUR1} * F	DLO			
RWA _{JUR2} * F	DLO			
RWA _{JUR3} * F	DLO			
RWA _{JUR4} * F	DLO			
RWA _{CAM} * F	DLO			
RWA _{ACS} * F	DLO			
RWA _{COM} * F	DLO			
Operacional (RWAOPAD*F / RWAOAMA*F)	DLO			
Índice de Capital Principal	Calculado			
Índice de Capital Nível I	Calculado			
Índice de Basileia	Calculado			
CALCULADO PELA INSTITUIÇÃO				



BANCO CENTRAL DO BRASIL

PR Mínimo calculado pela IF	IF			
Crédito	IF			
- Risco de Crédito de Contraparte	IF			
- Risco de Concentração de Crédito	IF			
Mercado	IF			
Fatores de Risco de Mercado				
Operacional	IF			
RISCOS NÃO MITIGADOS (PILAR 1):				
- Riscos Residuais	IF			
- Riscos de Securitização	IF			
IRRBB (RBAN)	DLO			
- Risco de Estratégia	IF			
- Risco de Reputação	IF			
...				



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Cenário(s) de Estresse*

Fonte:

Ano Base

Ano + 1

Ano + 2

Ano + 3

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA					
Patrimônio de Referência Estimado (a) + (b) + (c)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Capital Principal antes dos Ajustes	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Ajustes Prudenciais	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Capital Principal após Ajustes Prudenciais (a)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Capital Complementar (b)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nível I (a) + (b)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nível II (c)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Adicionais de Capital Principal (ACPs)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE CAPITAL					
REGULATÓRIO					
PR Mínimo para o RWA (RWA*F)	Calculado	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Crédito (RWACPAD / RWACIRB)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Mercado (RWAMPAD / RWAMINT)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Operacional (RWAOPAD / RWAOAMA)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Índice de Capital Principal	Calculado	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Índice de Capital Nível I	Calculado	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Índice de Basileia	Calculado	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
CALCULADO PELA INSTITUIÇÃO					
PR Mínimo calculado pela IF	IF	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
IRRBB (RBAN)	DLO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

* Preencher um quadro para cada cenário de estresse



BANCO CENTRAL DO BRASIL

3– Riscos relevantes*

* Como regra geral, todos os riscos identificados no ICAAP devem ser mensurados.

Descrição e autoavaliação, para cada categoria de risco considerada no Icaap, de:

- a) adequação da estrutura de gestão de riscos (estrutura hierárquica, funções e responsabilidades);
- b) adequação das políticas de risco (limites, diversificação, mitigação, capital, etc.);
- c) adequação do uso dos processos e ferramentas de gestão de risco (sistemas e metodologias de mensuração utilizadas, controle e monitoramento, recuperação, estrutura de reporte, etc.) na tomada de decisões.
- d) tabelas e gráficos apresentando a evolução da exposição ao risco em comparação ao ano anterior, com comentários relacionados às variações mais relevantes.
- e) metodologias utilizadas para avaliação e mensuração dos riscos e as hipóteses assumidas na quantificação da necessidade de capital da instituição, considerando eventuais mitigações. Em caráter excepcional, caso não seja factível a mensuração quantitativa de algum risco (por exemplo, risco de estratégia e risco de reputação), mencionar as metodologias qualitativas e os instrumentos de controle e de mitigação utilizados. Ressaltar as principais mudanças metodológicas ocorridas no último ano.
- f) Principais premissas e limitações dos modelos e dos dados disponíveis para a mensuração do risco.
- g) autoavaliação sobre a adequação das metodologias utilizadas para quantificação dos riscos, considerando o perfil da instituição e identificando eventuais necessidades de melhorias.

Considerar para os sete itens acima:

- a) Os riscos, separados por:
 - i. risco de mercado;
 - ii. risco de crédito;
 - iii. risco operacional (apresentar resumo do histórico de perdas operacionais, segregadas por tipos de eventos, destacando as maiores perdas).*

* A gestão de risco operacional e o sistema de controles internos poderão constar de anexos ao ICAAP, constituídos dos relatórios previstos nas Resoluções 3.380/2006, 2.554/1998 e 4.557/2017.

- b) Riscos de mercado, crédito e operacional que não tenham sido completamente cobertos na mensuração de capital do Pilar 1, tais como:
 - i. riscos residuais decorrentes de técnicas de mitigação de risco de crédito
 - ii. riscos residuais decorrentes de securitização de ativos ou de produtos complexos de



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- derivativos;
- iii. riscos de fronteira entre operacional e crédito, tais como fraude em crédito;
- iv. outros riscos residuais.
- c) Demais riscos, como:
- i. risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) - apresentar no mínimo:
- a descrição dos principais determinantes do IRRBB, incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas;
 - as premissas utilizadas na modelagem de opcionalidades embutidas, mudanças na estrutura temporal dos fluxos de caixa de depósitos sem vencimento contratual definido e agregação de moedas;
 - o resultado e a descrição da mensuração do IRRBB na abordagem de resultado de intermediação financeira (Δ NII e *earnings at risk*, por exemplo) e na abordagem de valor econômico (Δ EVE, por exemplo);
 - o resultado e a descrição da mensuração de perdas e ganhos embutidos (*embedded gains & losses*) dos instrumentos da carteira bancária sensíveis a variações das taxas de juros e que não são marcados a mercado.
- ii. risco de crédito da contraparte;
- iii. risco de concentração, tal como definido no Inciso VI, Parágrafo 3º do Art. 21 da Resolução 4.557, de 2017, atentando para os seguintes pontos:
- devem ser consideradas, no mínimo, a concentração por nome, setor econômico e tipo de mitigador de risco;
 - o capital para risco de concentração deve ser quantificado. A simples mitigação do risco através de estrutura de limites ou monitoramento de indicadores, como o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) não é suficiente;
 - caso o risco de concentração seja totalmente capturado pelo modelo de capital econômico para risco de crédito, deve ser apresentada justificativa teórica sobre o tratamento dado pelo modelo. Além disso, na Tabela 1 devem ser informados o valor consolidado, as estimativas das contribuições do risco de crédito sem risco de concentração e do risco de concentração.
- iv. risco de liquidez:
- descrever sucintamente o processo de gestão do descasamento estrutural de liquidez da instituição.
- v. risco de estratégia;
- vi. risco de reputação;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

vii. risco de contágio – observar que:

- em consonância com o Art. 53 da Resolução 4.557, de 2017, o gerenciamento de riscos do conglomerado prudencial deve considerar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem. Além disso, em consonância com o art. 15 da Resolução 4.557, de 2017, deve ser considerado o risco de a instituição vir a prestar suporte financeiro a entidade financeira ou não-financeira que não integre seu conglomerado (step-in risk);

viii. risco de fundos de pensão - no mínimo, relacionar os planos de benefícios definidos patrocinados pela instituição, situação de déficit/superávit por plano e premissas utilizadas na mensuração, características gerais do plano, valor do passivo atuarial e características associadas (tábua de mortalidade aplicada, taxa de desconto), valor do ativo atuarial e perfil dos investimentos do plano, apuração do valor do capital (econômico) necessário para cobertura dos riscos decorrentes dos eventuais descasamentos entre ativos e passivos atuariais;

ix. risco de seguros, previdência e capitalização – no mínimo, descrever os riscos materiais associados, como esses riscos são tratados e considerar eventuais impactos no capital da Instituição; reportar o capital requerido pela Susep;

x. outros riscos relevantes.

4– Agregação dos Riscos

Descrever as metodologias e as hipóteses assumidas para a realização de ajustes relativos à agregação de riscos. Detalhar os efeitos de diversificação considerados e outros ajustes (inclusive de ativos e/ou empresas não cobertos no Icaap), quando existirem.

5– Testes de Estresse

- a) Descrever as metodologias dos testes de estresse, especificando as premissas consideradas. Os testes de estresse devem ser realizados para cenários adversos, considerando os riscos específicos da instituição, incluindo os riscos de crédito, de concentração, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), operacional, liquidez e demais riscos relevantes.
- b) Apresentar o arcabouço metodológico, a governança e a documentação (na forma de anexos referenciados no relatório).
- c) Descrever o processo de elaboração dos cenários de estresse, incluindo os cenários do teste de estresse integrado previsto no art. 14 da Resolução 4.557, de 2017. Apresentar a definição de cada cenário adverso e do cenário-base, em termos qualitativos e quantitativos. Não se admite que os cenários de estresse propostos pela instituição constituam-se em replicações de cenários construídos externamente à instituição, nem mesmo de cenários formulados pelo Banco Central do Brasil. A reflexão e o debate inerentes ao processo de construção dos cenários de estresse e de identificação dos riscos que lhes são subjacentes são elementos fundamentais do exercício de teste de estresse integrado.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- d) Apresentar os resultados dos exercícios, segundo os cenários considerados pela instituição, bem como o cenário fornecido pelo BCB conforme previsto no Inciso II do Artigo 19 da Resolução 4.557, de 2017.
- e) Elencar os usos e aplicações da ferramenta de teste de estresse no arcabouço de gestão de risco da IF.

6 – Risco Socioambiental

- a) Descrição do tratamento do risco socioambiental, incluindo descrição da estrutura de governança, bem como políticas e procedimentos de gestão do risco nas atividades e operações da instituição.
- b) Explicar como o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados pelas atividades da instituição é considerado no processo de avaliação e de mensuração da necessidade de capital para os riscos identificados.

7– Considerando a gestão de riscos como um todo

- a) A partir do relatório de 2018 (data-base dez/2017), apresentar de forma sucinta a avaliação da infraestrutura tecnológica que suporta os processos de gestão de risco e de capital. Se houver, descrever os projetos relacionados ao tema em andamento, mencionando os principais benefícios esperados.
- b) Descrever os objetivos e as informações contidas nos principais relatórios produzidos para a Alta Administração que auxiliem no processo da gestão corporativa de riscos.
- c) Descrever os processos estabelecidos pela diretoria de riscos e/ou pela unidade de gestão corporativa de riscos para monitorar a eficácia do gerenciamento corporativo de riscos.
- d) Apresentar autoavaliação geral da adequação do gerenciamento de riscos da instituição. Caso tenham sido identificadas deficiências, realizar os apontamentos, indicando correções e/ou planos propostos para saná-las.

8– Validação

- a) O processo de validação deve ser independente do desenvolvimento do Icaap e deve avaliar os itens descritos nos incisos I a VI do art. 4º da Circular 3.846, de 14 de setembro de 2017.
- b) Apresentar a documentação referente ao processo de validação e aprovação pela diretoria da instituição e pelo conselho de administração, se houver.

D. ESTRATÉGIA CORPORATIVA

- a) Descrição da estratégia corporativa, demonstrando como a instituição será capaz de gerar resultados que garantam a sustentabilidade do capital, sempre respeitando o apetite para riscos declarado, e atentando para novos riscos que possam surgir a partir dela. Destaque-se que a demonstração deve ser compatível com o orçamento da IF. Devem ser destacadas



BANCO CENTRAL DO BRASIL

metas de resultados e de índices de capital. Considerar os seguintes elementos:

Análise Estratégica

- fatos relevantes (positivos/negativos);
- ameaças e oportunidades;
- riscos dos negócios (ambiente econômico, concorrencial e regulamentar);

Macrodirecionamento Estratégico

- descrição da missão, visão, cultura e valores da instituição;

Descrição do Modelo de Negócios

- segmentos visados pela instituição e produtos destinados a cada um deles;
- metas de crescimento e de participação no mercado;
- fatores críticos de sucesso e vantagens competitivas nos principais segmentos e linhas de negócio visados pela instituição;
- iniciativas estratégicas mais relevantes adotadas para a manutenção ou obtenção de vantagens competitivas nos principais segmentos e linhas de negócio visados pela instituição;
- projeções de receitas/despesas e ativos/passivos/PL, conforme as seguintes tabelas:

Tabela 2a

BALANÇO	ANO BASE	Ano+1	Ano+2	Ano+3
ATIVO				
Circulante e Realizável a Longo Prazo (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)				
(A) Disponibilidades				
(B) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
(C) Títulos e Valores Mobiliários				
(D) Operações de Crédito (d1)+(d2)+(d3)				
(d1) TOTAL CRÉDITO BRASIL (d10)+(d20)+(d30)				
(d10) Pessoa Física (d100)+(d200)+(d300)+(d400)+(d500)				
(d100) Consignado				
(d200) Veículos				
(d300) Habitacional				
(d400) Rural				
(d500) Outros PF				
(d20) Pessoa Jurídica (d600)+(d700)+(d800)+(d900)+d(1000)				
(d600) Empresas Micro, Pequenas				



BANCO CENTRAL DO BRASIL

(d700) Empresas Médias				
(d800) Empresas Grandes				
(d900) Imobiliário				
(d1000) Rural				
(d30) Governo				
(d2) Itens fora da balanço				
(d3) Sujeitos à variação cambial				
(E) Outras Operações com natureza de crédito				
(F) Provisões Sobre Operações de Crédito				
(G) Crédito Tributário (g1)+(g2)+(g3)+(g4)				
(g1) Diferença Temporária PCLD				
(g2) Diferença Temporária MtM				
(g3) Prejuízo Fiscal				
(g4) Outros				
(H) Outros Ativos				
Ativo Permanente (I)+(J)+(K)				
(I) Investimentos				
(J) Intangível				
(K) Outros Ativos Permanentes				
PASSIVO				
Captações				
(L) Depósitos (l1)+(l2)+(l3)+(l4)				
(l1) Depósitos à vista				
(l2) Depósitos de Poupança				
(l3) Depósitos a Prazo				
(l4) Outros Depósitos				
(M) Obrigações por Operações Compromissadas				
(N) Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito, Aceites Cambiais e Similares				
(O) Outras Captações no país				
(P) Outras Captações no exterior				



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Outros Passivos				
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível II				
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I				
Patrimônio Líquido (Q)+(R)+(S)				
(Q) Capital				
(R) Reserva de Lucros				
(S) Outros				

Tabela 2b

DRE – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	ANO BASE	Ano+1	Ano+2	Ano+3
Resultado de Intermediação Financeira (A)+(B)+(C)+(D)				
(A) Resultado Bruto de Juros				
(B) Resultado de Despesas e Reversões de Provisão para Créditos de Difícil Liquidação				
(C) Resultado da variação cambial das operações de crédito				
(D) Resultado Não Juros				
Receitas de Serviços				
Despesas Administrativas				
Despesas Tributárias				
Resultado de Participação Societária (E)+(F)				
(E) Resultados de Seguro, Previdência e Capitalização				
(F) Outros Resultados de Participação Societária				
Outros Resultados Operacionais de Não Intermediação				
Resultado Não Operacional				
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Lucro Líquido				
Lucro Líquido (Recorrente)				
ROE (%) a.a. (Recorrente)				
Custo de Capital Próprio (%) a.a.				



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- b) Descrição do processo de elaboração do orçamento.
- c) Apresentar lista dos documentos internos que embasam os itens anteriores e respectivas datas de atualização.

E. PLANEJAMENTO DE CAPITAL

1 – Plano de capital

- a) Descrever o plano de capital, alinhado ao planejamento estratégico da instituição, considerando, entre outros, os seguintes aspectos:
 - i. política de distribuição futura de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio;
 - ii. principais fontes de capital da instituição, esclarecendo, para cada uma delas, a participação proporcional e as possibilidades de expansão;
 - iii. avaliação prospectiva dos requerimentos de capital, discriminando cada tipo de risco, os diferentes buffers regulatórios e eventuais aplicações de requerimentos adicionais de capital pelo Supervisor.
- b) Descrever o plano de contingência para o caso em que as fontes de capital previstas no plano de capital se revelem inviáveis ou insuficientes, ou para a ocorrência de fatos não previstos no plano de capital.
- c) Apresentar as projeções de capital requerido e disponível, nos cenários base e de estresse, tal como estipulado na seção sobre Teste de Estresse.
- d) Descrever os processos de acompanhamento e de revisão do plano de capital.
- e) Apresentar a autoavaliação geral do gerenciamento de capital, do plano de capital e do plano de contingências, considerando, dentre outros aspectos:
 - i. comparação, em relação ao exercício anterior, entre o Patrimônio de Referência estimado e o Patrimônio de Referência efetivo, comentando as principais razões para as diferenças detectadas.
 - ii. comparação entre os indicadores de capital projetados no relatório de Icaap anterior com o realizado e descrição das principais fontes de diferenças.
 - iii. comparação entre o aumento de capital planejado (de acordo com o relatório anterior, se for o caso) e o efetivamente ocorrido, explicitando a justificativa da não ocorrência, se for o caso.
- f) Apresentar lista dos documentos internos que embasam os itens anteriores e suas respectivas datas de atualização.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

F. AUDITORIA INTERNA

- a) Descrição do escopo de atuação da auditoria interna, em relação a:
- i. avaliação dos riscos e de seus controles internos;
 - ii. verificação da utilização efetiva e adequada das ferramentas de gestão de risco (teste de uso);
 - iii. metodologias utilizadas para a gestão dos riscos;
 - iv. cumprimento das normas internas e regulamentares;
 - v. adequação e avaliação dos sistemas e da integridade das bases de dados;
 - vi. periodicidade dos trabalhos;
 - vii. estrutura de reporte.
- b) Caso algumas das funções mencionadas anteriormente estejam designadas a outra área, indicar a área responsável.
- c) Resumo das principais conclusões e apontamentos relativos à revisão da gestão dos riscos e à revisão do processo de verificação da adequação de capital (Icaap), assim como das medidas corretivas propostas (quando houver).
- d) Autoavaliação geral sobre a adequação da função da auditoria interna e/ou das demais áreas envolvidas. Caso tenham sido identificadas deficiências, realizar os apontamentos, indicando correções e/ou planos propostos para saná-las.

G. PLANOS DE AÇÃO

Apresentar a autoavaliação da adequação de capital da instituição em relação ao capital calculado como necessário frente aos seus riscos, para a data-base considerada e também para os 3 (três) exercícios seguintes. Em caso de inadequações, apresentar medidas e planos de ação necessários para resolvê-las.